

SAÚDE MENTAL / Crescimento contínuo da demanda por atendimento psiquiátrico e psicológico, desigualdade de acesso e falhas de cobertura deixam a atenção psicossocial no centro do debate público e exigem respostas duradouras

Mente são é desafio do SUS

» RAFAELA BOMFIM*

A saúde mental ocupou, em 2025, um espaço central nas preocupações do sistema de saúde do país. A procura por atendimento psicológico e psiquiátrico segue em ritmo elevado, revelando limites históricos da rede pública e privada e projetando desafios ainda maiores para 2026. O cenário atual é marcado por filas prolongadas, dificuldade de acesso fora dos grandes centros urbanos e um modelo de cuidado que não acompanha a complexidade do sofrimento psíquico apresentado pela população.

Dados oficiais e relatos de especialistas indicam que o aumento da demanda não se restringe a um grupo específico. Crianças, jovens, adultos e idosos aparecem nas estatísticas e nos serviços com necessidades distintas, mas atravessadas por um ponto comum: a insuficiência da cobertura. A concentração de profissionais em áreas urbanas, o subfinanciamento da saúde mental e a sobrecarga das equipes formam um conjunto de fatores que limita o alcance do atendimento e compromete a continuidade do cuidado.

Na prática, essa realidade se expressa em trajetórias individuais que ilustram um problema coletivo. Camila, de 32 anos, atua em regime remoto e convive com metas elevadas e jornadas extensas, cenário que desencadeou sintomas físicos e lapsos de memória antes mesmo da percepção de que precisava de ajuda especializada. Júlia, 24, recém-formada, enfrenta insegurança

profissional, pressão constante nas redes sociais e ansiedade relacionada ao futuro, quadro frequente entre jovens adultos em início de carreira. Dona Mercedes, 72, vive sozinha e relata perda gradual do interesse por atividades cotidianas, situação que, muitas vezes, é naturalizada como parte do envelhecimento, retardando o acesso ao cuidado adequado (os sobrenomes não são citados para preservar a privacidade dos pacientes).

No atendimento clínico, profissionais observam que o sofrimento psíquico chega de forma fragmentada, nem sempre reconhecido como demanda legítima. O psicólogo Edison José, do Hospital Mantevida, explica que as pessoas costumam procurar ajuda a partir de queixas imediatas, mas o processo terapêutico revela questões mais amplas. “O profissional faz uma triagem para compreender quais demandas necessitam de maior atenção e qual o tipo de acompanhamento mais indicado, seja breve, seja de médio e longo prazos”, explica. Segundo ele, apesar da redução gradual do preconceito, ainda persiste a ideia de que o atendimento psicológico deve gerar respostas rápidas, o que dificulta a adesão a processos mais consistentes.

A sobrecarga dos serviços impacta diretamente o diagnóstico e o acompanhamento em todas as idades. Edison José destaca que a pressão por vagas pode levar à priorização de situações consideradas urgentes, enquanto quadros que exigem tempo e abordagem multiprofissional ficam sem resposta adequada. “Quando os sintomas diminuem, o paciente pode interromper o tratamento, ou o

Pedro Marra/CB/D.A. Press



Serviços de atendimento em instituições como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) estão disponíveis para toda a população gratuitamente

Onde pedir ajuda?

- Se você ou alguém que você conhece está passando por um momento difícil, há muitos serviços gratuitos com atendimento profissional. Confira no quadro:

EMERGÊNCIA (CRISE IMEDIATA)

- **CVV (Centro de Valorização da Vida):** Ligue 188 (24h, gratuito).
- **SAMU:** Ligue 192.

ACOMPANHAMENTO CLÍNICO (SUS)

- **CAPS (Centros de Atenção Psicossocial):** Procure a unidade mais próxima de sua casa. Não precisa de encaminhamento médico.

PREVENÇÃO (ATENDIMENTO DE ROTINA)

- **UBS (Postos de Saúde):** O clínico geral pode fazer o primeiro acolhimento e encaminhar para psicólogos da rede.

BAIXO CUSTO (UNIVERSIDADES)

- **Clínicas-Escola:** Universidades com curso de psicologia costumam oferecer atendimento gratuito à comunidade.

atendimento pode ser encerrado para liberar espaço mesmo sem resolução da demanda”, diz.

O psiquiatra Adiel Rios avalia que o cenário atual revela um atraso estrutural do sistema de saúde mental em relação à realidade social. Para ele, o volume de afastamentos do trabalho por

transtornos mentais, registrado nos últimos anos, indica que o cuidado tem ocorrido de forma tardia e fragmentada. “Sem investimento contínuo em prevenção, atenção primária e acompanhamento regular, a tendência é de agravamento dos quadros e aumento do custo social”, aponta.

Sinais de sofrimento

A pressão sobre a rede também distorce a leitura dos sinais de sofrimento. Irritabilidade persistente, insônia, fadiga sem causa aparente, isolamento progressivo e uso frequente de álcool aparecem com recorrência nos consultórios, mas ainda são pouco reconhecidos por famílias, escolas e ambientes de trabalho. Em crianças, dificuldades emocionais podem ser confundidas com problemas de comportamento ou aprendizado. Entre adolescentes, o sofrimento costuma ser tratado como fase passageira. Nos idosos, sintomas depressivos são frequentemente associados ao envelhecimento, o que atrasa intervenções e agrava o prognóstico.

Especialistas defendem que a resposta ao cenário de 2025 e às projeções para 2026 devem ser coletivas e estruturadas. A ampliação da Rede de Atenção Psicossocial, o fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a integração entre serviços públicos e privados e a descentralização do atendimento são apontadas como medidas prioritárias. A inclusão do letramento emocional nas escolas e o reconhecimento dos riscos

psicossociais nos ambientes de trabalho também são citados como estratégias eficientes de prevenção e cuidado contínuo.

Enquanto mudanças estruturais avançam de forma gradual, a orientação sobre acesso aos serviços permanece essencial. Em situações de crise imediata, o Centro de Valorização da Vida (CVV) atende pelo telefone 188, de forma gratuita e ininterrupta, e o Samu pode ser acionado pelo 192. Para acompanhamento pelo SUS, os CAPS funcionam como porta de entrada sem necessidade de encaminhamento médico, e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) realizam o primeiro acolhimento. Clínicas-escola de universidades e atendimentos de valor social oferecidos por profissionais ampliam as alternativas para quem enfrenta barreiras na rede tradicional.

A saúde mental entra em 2026 como um dos principais desafios da agenda pública. O debate deixou de ser periférico, mas a distância entre reconhecimento e ação ainda é significativa. Garantir acesso contínuo, diagnóstico adequado e acompanhamento efetivo será determinante para que o cuidado deixe de ser exceção e passe a integrar, de forma consistente, a política de saúde no país.

MOBILIDADE

CNH para ciclomotores entra em vigor

» LETÍCIA CORRÊA*
» CAETANO YAMAMOTO*

A partir de hoje, entra em vigor em todo o território nacional a resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que criou regras para a circulação de ciclomotores (scooters). Entre as regras, estão a obrigatoriedade de emplacamento e a necessidade de carteira de habilitação para os condutores.

Equipamentos como capacete, farol, lanterna, buzina e dispositivo de controle de ruído também passam a ser obrigatórios. Além disso, quem circular com scooters sem o devido emplacamento terá o veículo apreendido e será multado em R\$ 293,47 por infração gravíssima e registro de sete pontos na carteira.

Aos condutores, é obrigatório ter ACC (Autorização para Conduzir Ciclomotor) ou CNH (Carteira Nacional de Habilitação) na categoria A, ou seja: guiar esses veículos passa a ser proibido para menores de 18 anos.

A lei que entrou em vigor na Vitoria do Ano define ciclomotores como veículos de duas ou três rodas cuja cilindrada (nos veículos com motor a combustão) não ultrapassa 50 cm³ ou tenham potência máxima de 4kW (nos elétricos) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda 50 km/h.

As bicicletas elétricas, isentas das novas regras, foram descritas como modelos de condução que exigem pedais e a ausência de aceleradores. O motor auxiliar elétrico tem potência limitada a 1.000W. A velocidade máxima não pode ultrapassar 32 km/h. Os patinetes elétricos também não sofreram mudanças com as novas regras. Assim como as bicicletas elétricas, podem

circular em cicloviás e ciclofaixas, o que é proibido no caso dos ciclomotores elétricos.

Tempo de adaptação

A resolução concedeu mais de dois anos para os condutores de ciclomotores se adaptarem às novas mudanças, e deu prazo para que os que já estavam nas ruas fossem regulamentados pela nova legislação junto aos Detrans (Departamento de Trânsito).

As mudanças, entretanto, não influenciaram na legalização dos veículos. Segundo a Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito), o número de emplacamentos desses veículos cresceu apenas 2% na comparação entre 2023 e 2024, passando de 2.667 para 2.725 unidades. No primeiro semestre de 2025 foram 1.577.

Não há estatísticas sobre a quantidade de scooters elétricos circulando no país. A Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE) estimou, em 2023, que havia cerca de 30 mil ciclomotores rodando pelas ruas.

Entretanto, as bicicletas elétricas têm números mais expressivos. Uma pesquisa da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas revelou que, em agosto passado, 212 mil novas unidades chegaram ao mercado, incluindo patinetes.

De acordo com o Artigo 57 do Código de Trânsito Brasileiro, ciclomotores não podem circular em vias de trânsito rápido ou em rodovias e devem trafegar sempre à direita da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à direita ou no bordo direito da pista, quando não houver acostamento ou faixa própria.

*Estagiários sob a supervisão de Vinicius Doria

Reprodução/Goo Elétricos



Ciclomotor proibido em cicloviás: registro no Detran e exigência de CNH

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Bicicleta elétrica movida a pedal pode circular em cicloviás e não exige CNH

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Patinete autopropelido: velocidade limitada e liberação para circular em cicloviás sem CNH

RELIGIÃO

Boato leva multidão de fiéis à Porta Santa em SP

Nas últimas semanas do ano, uma multidão de fiéis tem se dirigido ao Santuário Nacional de Aparecida, no interior de São Paulo, para passar pela Porta Santa da Basílica de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil. O movimento acima do usual tem uma explicação: há meses circulam pela internet informações dando conta de que a porta do maior templo católico mariano do mundo será fechada após a virada do ano e, assim, permanecerá pelos próximos 25 anos.

O fluxo intenso de devotos levou a administração do santuário a esclarecer que a porta do Santuário Nacional não está entre as portas santas que serão fechadas pela Igreja Católica. Segundo a publicação do Santuário, a Igreja iniciou o fechamento das Portas Santas nas Basílicas Papais de Roma, na Itália, marcando a reta final do Jubileu da Esperança.

Conforme a prefeitura de Aparecida, embora o pico das visitas aconteça em outubro, por ser o mês da padroeira, a cidade recebe milhares de visitantes também nos meses de férias e nas festas do fim do ano. Recentemente se observou um aumento na chegada de visitantes, em razão do suposto fechamento da Porta Santa divulgado em redes sociais.

Ritos solenes

De acordo com publicação do Santuário, os ritos solenes de fechamento das Portas Santas nas Basílicas Papais de Roma assinalam o encerramento de um tempo especial de graça que mobilizou peregrinos católicos em todos o mundo. O primeiro ocorreu no

dia 25 de dezembro, durante a solenidade do Natal, na Basílica de Santa Maria Maior. No sábado, foi fechada a Porta Santa da Basílica de São João de Latrão, a Catedral do Bispo de Roma.

No domingo, durante a Festa da Sagrada Família, foi fechada a Porta Santa da Basílica de São Paulo Fora dos Muros. O encerramento definitivo do Jubileu da Esperança será no dia 6 de janeiro, na solenidade da Epifania do Senhor, quando o papa Leão XIV fechará a Porta Santa da Basílica de São Pedro, no Vaticano. As mesmas portas, que haviam ficado fechadas durante 25 anos, foram abertas entre o final de 2024 e o início de 2025 para as celebrações do jubileu.

O Jubileu da Esperança de 2025 foi anunciado oficialmente pelo papa Francisco em 2022 para que a Igreja em todo o mundo entrasse em um tempo que seria vivido por meio da esperança cristã. Ao apresentar o tema “Peregrinos da Esperança”, o pontífice destacou a necessidade de reacender a confiança em Deus diante das crises sociais, econômicas e espirituais que afetam o mundo atual.

Apesar de não estar incluída no jubileu, a porta da basílica principal do Santuário Nacional é considerada uma Porta Santa, que convida quem a atravessa a deixar os pecados para trás, segundo a crença católica. Por isso, atrai muitos devotos. O Santuário de Aparecida é considerado uma igreja jubilar e participou das celebrações do Jubileu da Esperança. A porta principal da Basílica de Aparecida foi inaugurada em dezembro de 2015, no Ano Santo da Misericórdia, instituído pelo papa Francisco.